



A cultura e a situação dos povos indígenas são temas da Festa Nacional do Índio, de 19 a 23 de abril em Bertioxa (SP)

Conflitos de terra e questão indígena no Brasil

„Eu não tenho lugar” – essa foi a última mensagem escrita na terra sob os pés de um jovem índio da etnia Guarani, que, depois de seu casamento, se enforcou numa árvore no Mato Grosso do Sul.

TEXTO: GLEICE MERE

Cerca de 40 mil índios Guarani-Kaiowa Guarani-Ñandéva ocupam no extremo-sul do Mato Grosso do Sul áreas isoladas de um total de 40 mil hectares, o que corresponde a menos de 1,5 hectare por habitante. Esse espaço é insuficiente para o atendimento das necessidades culturais dos povos indígenas, afirma o historiador Antônio Brand, da Universidade Católica de Campo Grande. Somente nos últimos 12 anos ocorreram mais de 200 casos de suicídios indígenas no estado.

A morte tem sido o desfecho de uma trajetória dramática. Confinados em espaços cada vez menores, os índios começam como bóias-frias, tornam-se alcoólatras e depois mendigos, enlouquecem e muitos desistem de viver. Segundo Brand, isso não é uma explicação matemática, assim como dizer que o suicídio está associado diretamente à questão da terra é uma visão simplista. Entretanto, é possível dizer que na raiz do problema está o confinamento e a conseqüente destruição da estrutura social.

Brasil pluriétnico e população indígena

De acordo com estatísticas do IBGE, a população indígena no Brasil é de aproximadamente 734 mil pessoas, o que representa menos de 1% da população brasileira, os quais falam 180 línguas distintas. Estão distribuídos em 235 povos que vivem em 756 terras indígenas, muitas delas sem qualquer providência e outras a serem demarcadas.

Por uma tradição histórica, que tem origem na política nacionalista do governo Vargas (1930-1945), tratar o Brasil como um país pluriétnico causa tensões. Os Guarani-Ñandéva e Guarani-Kaiowa lutam desde o final da década de 1970 para recuperar parte das terras de ocupação tradicional, tomadas pela expansão do agronegócio, em especial pela monocultura da soja.

Desde 2003, os conflitos no MS se intensificaram. Segundo os antropólogos Rubem Thomaz de Almeida, Fábio

Mura e Alexandra Barbosa da Silva, apesar de os Guarani demonstrarem que priorizam a via diplomática para garantir seus direitos constitucionais, o preconceito da sociedade abrangente em relação à sociedade indígena se manifesta no cotidiano. Por exemplo, na forma de racismo em ônibus intermunicipais, nos supermercados e em lojas das cidades, e no noticiário muitas vezes unilateral da imprensa local. A situação chega ao ponto de jagunços e seguranças particulares a serviço de

Índio Tupari





Pequena hidrelétrica construída na Reserva Rio Branco

fazendeiros rondarem e atirarem para o ar nas proximidades de áreas de conflito. Muitas vezes, são policiais fazendo “bicos” fora do emprego oficial. Na tentativa de aumentar suas lavouras de soja para a exportação, há fazendeiros que chegam a oferecer “parcerias” aos indígenas, desde que estes abram mão da homologação de suas terras.

Raposa Serra do Sol

No estado de Roraima, fronteira com a Guiana e a Venezuela, os índios foram capazes de se organizar e fundar uma ONG própria para defender seus interesses: o CIR (Conselho Indígena de Roraima). Trata-se de um caso exemplar, onde depois de 30 anos de mortes, torturas, prisões e luta judicial, os quase 16 mil indígenas dos povos Macuxi, Wapixana, Taurepang, Patamona e Ingarikó conseguiram ver seu território de 1,6 milhão de hectares homologado em área contínua pelo presidente Lula em abril de 2005. A pressão do governo estadual contra a homologação foi tão forte que chegou a decretar luto oficial de sete dias em todo o estado e a Assembléia Legislativa elaborou uma moção de repúdio à homologação.

Barragens, os Cinta Larga e os Tupari

Em Rondônia, o desrespeito aos povos indígenas começou com a exploração da borracha para a exportação durante a Segunda Guerra Mundial e continua até hoje, com a exploração da madeira e, no caso dos índios Cinta Larga, a extração de diamantes. O genocídio foi sistemático e silencioso. Os índios Tupari, por exemplo, que em 1920 eram de 3000, foram reduzidos a 66 nos anos 50 [fonte: Revista de Antropologia, USP, 1957], vítimas de epidemias e da escravização nos seringais. Os número de índios Cinta Larga, contatados nos anos 60, caiu de 4000 para 1400. Muitos deles morreram em ataques aéreos, como foi o Massacre do Paralelo 11, quando o Estado brasileiro, pela primeira vez, foi denunciado por genocídio. Entretanto, até o presente momento, os mandantes não foram punidos, enquanto testemunhas

e denunciantes foram assassinados ou levados à loucura.

Em uma recente visita à Reserva Rio Branco, em Rondônia, encontrei índios Tupari e de outras etnias que foram expulsos de seus territórios tradicionais para serem agrupados em uma reserva delineada pelas leis dos não-índios. O Rio Branco, que atravessa a reserva, é meio de transporte e fonte de alimentação para essas populações, além de ser um dos principais mananciais de água da Reserva Ecológica do Guaporé, diretamente ligada à área indígena. Entretanto, na época da estiagem, o rio quase seca, seus peixes e sua biodiversidade estão morrendo. A causa é a construção, acima das terras da reserva, de sete pequenas hidrelétricas de propriedade de uma empresa do governador do estado, Ivo Cassol, financiadas pelo BNDES. Desde 1997, os Tupari brigam na Justiça federal pela interdição das obras, mas já mostram sinais de resignação. “Estamos cansados de lutar sem obter resultados”, dizem.

Racismo à brasileira

Em 2003, pela primeira vez em mais de 500 anos de História do Brasil, uma comissão de direitos humanos da Câmara dos Deputados visitou povos indígenas no país inteiro e chegou a algumas conclusões a respeito das relações entre índios e não-índios, entre elas o racismo à brasileira. Esconde-se a diversidade cultural para afirmar uma igualdade meramente formal. O mulato esconde o negro: os brasileiros fingem que não há negros porque “somos todos mulatos”. Ao mesmo tempo, o índio originário – aquele que anda nu e caça com arco e flecha – esconde o mestiço. Ele não é mais índio, agora é “brasileiro”. O raciocínio ignora o fato de que

esses mestiços “brasileiros” falam outras línguas, possuem outros deuses, outras regras de parentesco e casamento, vivem em aldeias. Essas diferenças não passam de detalhes a serem eliminados a bem da “brasilidade”.

Assim é que se estabelece o cruel ciclo do preconceito contra o índio brasileiro: a priori, ele é “preguiçoso”, não sabe se “desenvolver”, não sabe produzir. Se passa a produzir e a trabalhar, deixa de ser índio. De acordo com essa lógica, os termos “preguiçoso” e “improdutivo” fazem parte da própria definição do “índio”. Muitos não-índios afirmam que os índios não querem trabalhar. As populações indígenas, por sua vez, têm sua auto-estima gravemente ferida pelo preconceito. Em todas as aldeias visitadas pela comissão, as etnias afirmaram que o índio quer, sim, trabalhar, mas à sua maneira. Para tanto precisa das condições necessárias: terra, educação e saúde como políticas diferenciadas. Os caciques renegam a figura do “bom selvagem”, do índio inocente e despido de interesses materiais. Ao contrário, eles querem desenvolvimento para suas comunidades, querem aumentar a renda disponível. Entretanto, faz-se necessário que tais iniciativas sejam possíveis em um contexto de preservação de suas identidades culturais, visto que o índio tem seu próprio ritmo e seu próprio caminho. Ele não representa um empecilho ao desenvolvimento e sim uma alternativa.

Apesar das deficiências, não se pode dizer que o Estado brasileiro é completamente omissivo ou inoperante no que diz respeito aos problemas indígenas. Entretanto, ele adota uma postura ambígua: demarca terras, mas falha na assistência aos povos indígenas e vacila perante a pressão exercida pelo poder econômico. ■